



Universidades Lusíada

Honrado, Alexandre

Figuras empreendedoras da cultura portuguesa : Isabel de Aragão (1269/70-1336)

<http://hdl.handle.net/11067/5634>

Metadados

Data de Publicação	2009
Resumo	A figura da Rainha Isabel ((1269/70-1336) , dita Isabel de Aragão ou Rainha Santa, é uma das mais carismáticas da História de Portugal, sobretudo como exemplo elevado da transformação da memória histórica em memória mítica. Durante a sua vida assistimos à institucionalização da língua portuguesa como língua oficial, ensinada nos Estudos Gerais ou Universidade laica portuguesa. A língua enquanto elemento fundamental da nacionalidade, a par do culto do Paráclito enquanto vivência espiritual própri...
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 05-6 (2009)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:26:02Z com informação proveniente do Repositório



**FIGURAS EMPREENDEDORAS
DA CULTURA PORTUGUESA.
ISABEL DE ARAGÃO (1269/70-1336)**

Alexandre Honrado

Investigador do Instituto Europeu de Ciências da Cultura
Membro do CLEPUL (Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa
das Universidades de Lisboa)
alexandrehonrado@gmail.com





Resumo

Uma nova metodologia de trabalho da investigação histórica vai permitindo a visão de algumas épocas e dos seus protagonistas com uma clareza assente em perspectivas até há pouco ignoradas, insuspeitadas ou mesmo repudiadas pelos desconfortos ideológicos dos investigadores. Os traços dominantes da cultura. A história de vida de Isabel de Aragão, a Rainha Santa, é por isso um desafio aos que a estudam actualmente. As fontes são reveladoras de uma figura complexa, de grande peso político e de uma acção determinada e determinante. Uma grande mulher que a historiografia e a hagiografia tradicionais têm representado de forma incompleta.

Palavras Chave

Cátaros / Igreja Católica / Espírito Santo / Memória (histórica e mítica) / Paráclito / Península Ibérica / Portugal / Templários;

Abstract

A figura da Rainha Isabel ((1269/70-1336) , dita Isabel de Aragão ou Rainha Santa, é uma das mais carismáticas da História de Portugal, sobretudo como exemplo elevado da transformação da memória histórica em memória mítica. Durante a sua vida assistimos à institucionalização da língua portuguesa como língua oficial, ensinada nos Estudos Gerais ou Universidade laica portuguesa. A língua enquanto elemento fundamental da nacionalidade, a par do culto do Paráclito enquanto vivência espiritual própria e algo «independente» de Roma que a própria Isabel promoveu, a par com o seu marido, D.Dinis, ele próprio um empreendedor excepcional.

Keywords

Cathars / Catholic Church / Holly Spirit / Memory (historical and mythical) / Paraclitus / Iberian Peninsula / Portugal / Knight Templars



Poucas figuras da Humanidade entrelaçam a História e o Mito como é o caso de Isabel de Aragão, que conhecemos popularmente como Rainha Santa e sobretudo como exemplo elevado da transformação da memória histórica em memória mítica. D. Isabel estabeleceu uma presença incontronável do imaginário colectivo português – alicerçada numa atitude pessoal exemplar, numa cultura influenciadora, numa acção presencial de alcance estratégico, numa prática quotidiana feita de antecipação e de reactividade.

Isabel de Aragão, nasceu em Barcelona (Espanha), no palácio de Aljaferia, entre os anos de 1269 e 1270, filha de D. Pedro III de Aragão e de D. Constança Hohenstauffen (dita Constaça de Navarra ou da Sicília, neta do Imperador Frederico II da Alemanha). Isabel era neta de Manfredo, rei de Nápoles e da Sicília, e de Jaime I o Conquistador que foi senhor de Aragão e da Catalunha, de Maiorca, de Montpellier e do condado do Russilhão, cuja educação esteve a cargo dos Templários. O nascimento de Isabel instala um dos paradigmas do mito: nasceu totalmente envolta por uma película, que mais não seria do que a placenta, mas que a sua mãe guarda numa caixa de prata que conserva nas suas arcas e que, ao que parece, esteve junto dela ao longo da vida.

O casamento de Isabel de Aragão com o rei D. Dinis iniciou-se em 1281, com a vinda a Portugal dos seus procuradores, nas pessoas de Conrado Lança e Bertand Villa Franca, e com a ida, em 1288, a Barcelona dos procuradores do rei D. Dinis, nas pessoas de João Velho, João Martins e Vasco Pires. A cerimónia nupcial ocorre no dia de S. João (24 de Junho) de 1288, na vila de Trancoso. Isabel contava apenas 12 anos quando recebeu o pedido de casamento da parte de três príncipes, entre eles, D. Dinis. Os reis de Aragão consagrariam a mão da filha a Dinis, dada a proximidade e o interesse estratégico que as boas relações entre os reinos significavam. Casados por procuração, a 11 de Fevereiro de 1282, apenas 4 meses depois Isabel atravessaria a fronteira, por Trancoso, para celebrar o acontecimento. Trancoso seria então incluído no dote oferecido por D. Dinis à rainha, assinalando o seu local de entrada no reino.

Isabel reside, mais de 670 anos depois da sua morte, no imaginário colectivo português, como marca da sua construção e formação e tornou-se uma das mais notáveis figuras femininas da nossa história - mito popular e religioso que alcançou, desde cedo, uma invulgar projecção a nível nacional e que ultrapassou fronteiras na diáspora: onde há um português há o conhecimento da sua memória.

Curiosamente, a sua popularidade reside em especial num “milagre” que lhe é atribuído, muito depois da sua morte: o Milagre das Rosas. O primeiro registo escrito desta Lenda Das Rosas encontra-se na *Crónica dos Frades Menores*, de Frei Marcos de Lisboa, de 1562: “levava uma vez a Rainha santa moedas no regaço para dar aos pobres, / Encontrando-a el-Rei lhe perguntou o que levava, / ela disse, levo aqui rosas. E rosas viu el-Rei não sendo tempo delas”. Uma história que é também atribuída a outra protagonista, outra Santa: Isabel da Hungria, tia de Isabel de Aragão! Mas a grandiosidade da figura da mulher de D.Dinis transcende o episódio lendário do Milagre das Rosas, pelas muitas atribuições e constatações do seu empreendedorismo. Para esta aura de santidade, terão contribuído muitas acções concretas de iniciativa própria e de eficácia evidente: dava dotes a raparigas pobres e educava os filhos de cavaleiros sem fortuna, mostrava-se magnânima no perdão criando como seus também os filhos ilegítimos de Dinis, aos quais reservava igual afecto. Entre os seus familiares, constantemente em luta, desempenhou obra de pacificadora, merecendo justamente o apelido de “anjo da paz”. Desempenhou sempre o papel de mediadora entre o rei e o seu irmão D. Afonso, bem como entre o rei e o príncipe herdeiro. Por sua intervenção foi assinada a paz em 1322.

A sua vida será marcada por quatro virtudes fundamentais: a piedade, a caridade, a humildade e a inquietude pela paz. Das suas biografias, podemos, mais ainda, reconhecer-lhe uma invulgar cultura - D. Isabel “lia muito bem em latim e em linguagem” -, tinha conhecimentos médicos e também excepcionais capacidades administrativas e habilidade política, que os dois testamentos, as cartas pessoais e outras fontes coevas testemunham.

O reforço do imaginário colectivo em seu redor assenta em muitas e bem variadas representações icónicas, dos mais belos óleos que a retratam – a começar pelos seiscentistas estimulados pela sua canonização em 1625 - até aos pormenores do seu túmulo: os restos mortais da rainha encontram-se actualmente na igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, depois da trasladação (a segunda) em 29 de Outubro de 1677. O túmulo de Isabel de Aragão deve ter sido construído entre os anos de 1329 e 1330. Aquando da sagração da Igreja do Mosteiro (8 de Julho de 1330), o túmulo estava feito e colocado no local escolhido. Durante a permanência em Santa Clara-a-Velha, o túmulo teve por identificação e companhia uma lápida, entretanto desaparecida, incrustada na parede da cabeceira em pedra azulada escura e caracteres góticos esculpidos e dourados, com o seguinte epitáfio:

Aos 4 de Julho de 1336 na cidade de Estremoz morreu a generosa Isabel, Rainha de Portugal e foi sepultada aos 12 do mesmo mês neste mosteiro de Santa Clara, que a mesma Rainha tinha mandado construir e dotado com um benefício [meios de sustentação]. Foi esposa do famosíssimo Dom Dinis, rei de Portugal e filha do rei Dom Pedro de Aragão e da rainha Dona Constança; era mãe de Dom Pedro Afonso, rei muito valoroso de Portugal e de Constança que se tornou rainha de Castela; foi avó estimada de Afonso de Castela e da

rainha Maria, sua esposa.

Para com todos foi benevolente. A todos honrou e beneficiou. Que descanse em paz.

Para os lisboetas, vizinhos da cidade de Odivelas, é fácil visitar o mosteiro onde Isabel viveu e no qual, numa das capelas absidiais da igreja gótica primitiva, se encontra o grande túmulo do seu marido, o rei D. Dinis, fundador daquele local. Ainda há poucos anos, eram ali visíveis as paredes da “casa de D. Dinis”, no Claustro da Moura (o antigo paço ruiu, ficando apenas algumas fotografias, que foram depois expostas no pequeno museu instalado na Sala do Capítulo, que abre para o Claustro Principal). Para os conimbricenses, é uma aquisição de sempre. Ali, o nome Odivelas encerra outra lenda relacionada (que, aliás, os linguístas repudiam) e que vê no nome uma corruptela da expressão *Ide vê-las!*, uma frase que a Rainha diria a D. Dinis, em tom de censura, quando este saía para os encontros com as suas amantes.

Ao contrário de muitas outras rainhas que a antecederam e seguiram, conhecemos o rosto de Isabel, pois ficou fixado na estátua jacente do túmulo primitivo, uma das mais importantes obras da arte tumular medieval portuguesa. Tudo leva a crer que este túmulo seja da autoria de um aragonês, mestre Pêro. Terá sido mandado construir por D. Isabel e colocado, conforme o seu desejo, no meio da igreja de Santa Clara-a-Velha que, afirma o cronista Acenheiro, a rainha mandara fazer para sua sepultura. No túmulo, a rainha está representada com o hábito de clarista e com o bordão e a sarcela de peregrina (foi seu desejo ser enterrada com estes símbolos. Note-se que existem vários documentos mandados escrever pela rainha, entre eles dois testamentos, a declaração, por ela feita, ao tomar o hábito de Santa Clara, o protesto contra a legitimação dos sobrinhos e um numeroso conjunto de cartas pessoais, na sua maioria enviadas a seu irmão, o rei D. Jaime de Aragão, descobertas e publicadas só em meados do séc. XX). Nesta representação, tem na cabeça a coroa de rainha; é contemplada por dois anjos e ladeada por três pequenos cães. Rodeiam-na oito escudos de Aragão e de Portugal. Os olhos denotam o ligeiro estrabismo referido pelos cronistas, num pormenor que garante a fidelidade do retrato.

A subida das águas do Mondego e o assoreamento das suas margens obrigou à mudança da arca tumular para um novo mosteiro, hoje conhecido por Santa Clara-a-Nova, entregue às freiras claristas no séc. XVII. A arca, agora vazia, conserva-se no coro baixo da igreja. O corpo incorrupto está guardado no túmulo seiscentista, de cristal e prata, colocado no altar-mor. O corpo da rainha foi convenientemente tratado com ervas aromáticas, vestido com o hábito de Santa Clara, embrulhado em lençol de linho muito fino e sobre este uma colcha bem grossa, finalmente envolta em pano de linho muito grosso, cosido com uma agulha, e depois em algodão, de modo a que todo o volume ficasse bem fechado.

Sobre este volume colocou-se uma colcha de algodão branca e grossa e o

corpo foi metido num caixão rectangular de madeira hermeticamente fechado e envolvido em pele de boi, com o pelo voltado para fora. Por fim, foi coberto com um pano de púrpura cuidadosamente repregado. Este pano exterior foi rasgado por alguns populares que desejaram guardar uma relíquia da sua bem amada Rainha.

De uma biografia anónima, de natureza hagiográfica, vulgarmente conhecida por Lenda ou Relação, escrita logo após a sua morte, presumivelmente por Frei Salvado Martins, bispo de Lamego, que foi seu confessor, ou por alguém que com ela privou, talvez uma das donas de Santa Clara que a acompanharam durante o tempo de viuvez no paço mandado construir junto ao Mosteiro, perdeu-se o original, mas conserva-se uma cópia quinhentista, manuscrita e iluminada, que tem o título: *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e seus bons feitos e milagres em sua vida, e depois da morte*. Este mesmo documento será publicado por Frei Francisco Brandão no séc.XVII, na 6ª parte da *Monarquia Lusitana* e servirá de base a todo o discurso biográfico e cronístico posterior, incluindo a Crónica de 1419 e as Crónicas de D. Dinis e de D. Afonso IV, de Rui de Pina. Nela é narrada a infância da princesa em Aragão, as negociações para o seu casamento, a vinda para Portugal, os tempos de casada e de viuvez e finalmente a sua morte em Estremoz, a transladação para Coimbra e as exéquias em Santa Clara-a-Velha. A partir dela podemos reconstituir os principais passos da sua vida.

Numa época em que a influência mista de cristianismo, judaísmo e messianismo se acentua, há que destacar a relação de Isabel de Aragão com o Poder e algumas presenças influenciadoras dos desígnios do Reino.

Deve-se à Rainha Isabel o retardar da presença da Inquisição no nosso reino; o acolhimento e protecção dos Templários – que tinham ligações muito fortes a Portugal desde a sua fundação e é de realçar que a Ordem começa a sua implantação na zona oriental da Península Ibérica na década de 1130. Em 1131, o conde de Barcelona, Ramón Berenguer III, pede a sua entrada na Ordem e em 1134, o testamento de Afonso I de Aragão cede o seu reino aos Templários...

Acresce a recolha e integração de um pequeno grupo de hereges cátaros do Languedoc (do sul da França e do norte da Itália), caçados pelo inquisidor Bernard Gui, que se refugiou em Portugal. Liderados por Pierre Authié, Bernard Audouy e o monge franciscano renegado Bernardo Delicioso, compreendem que embora a dinastia portuguesa se mostre disposta a fechar os olhos à sua presença e o prestígio da *Rainha Santa* contenha por ora a intromissão da Inquisição no país, a sua sobrevivência a longo prazo exige que sua religião seja praticada na clandestinidade, na qual permanecerão por mais de um século. Todavia, deles se notarão muitas influências – na própria Rainha Isabel.

Os Cátaros ou Albigenses, originários do Languedoc, foram alvo de uma das maiores perseguições da Igreja Católica do século XIII, em Cruzada feroz que fez criar a Inquisição (para aniquilar os cátaros sobreviventes à guerra). Estes herefes defendiam que o Mundo não era obra de um Deus bondoso, mas antes a

criação de uma força das trevas imanente em todas as coisas. O deus merecedor de adoração era um deus de luz – e, heresia perigosa numa heresia a vários títulos perigosa para os valores da Igreja Católica, acreditavam, que as mulheres estavam aptas a ser líderes espirituais!

Em consequência dessa convulsão social, o território independente e orgulhoso do Languedoc acabaria anexado pelo reino de França, depois de um banho de sangue que vitimou muitos inocentes. A Cruzada Albigense durou entre 1209 e 1229 e foi lançada pelo poderoso Papa da Idade Média Inocêncio III e liderada pelo guerreiro Simão de Monfort. As duas décadas de mortandade da Cruzada deram depois lugar a quinze anos de caprichosas revoltas e repressões, que não só culminaram com o cerco de Mentségur, em 1244, como se arrastaram nas décadas seguintes. Da sua cultura ficava, no entanto, disseminada pelos reinos que os acolheram ou engoliram (literalmente, como a França), a presença incomparável dos trovadores e da poesia trovadoresca, que Portugal irá apreciar, a começar pelo próprio rei D.Dinis. Para os estudantes portugueses desde tenra idade, a vida quotidiana do século XIII é um capítulo obrigatório e muitos aprendem e interpretam a cantiga de amigo “Ai flores, ai flores do verde pino...”

Mas de relevar está a evidência: o Languedoc compartilhava uma cultura e uma língua com o seu “primo” ao sul dos Pirinéus, o reino de Aragão e Barcelona, um dos feudos cristãos que iria expulsar os mouros muçulmanos do resto da Península Ibérica – e onde Isabel tinha as suas raízes, que nunca abandonou até à hora da morte, como se nota no já referido túmulo quel, a seu pedido em testamento, continha os brasões de Aragão.

Isabel e o Rei D.Dinis ficam ainda associados à história de Portugal pela introdução do Culto do Divino Espírito Santo, ou Paraclete, tradução prática da guerra aberta entre a Igreja hierárquica e a Igreja-povo-de-Deus Os albigenses ou cátaros, dissidentes católicos da Idade Média, desejavam uma Igreja pobre, sem os luxos de bispos, cardeais e papas, arrogaram-se como a única e verdadeira Igreja – a do Espírito Santo -, que veio a influenciar muitos leigos católicos de então com as respectivas festas e culto ao único verdadeiro REI – o Espírito Santo.

Foi assim que nasceu uma onda de grande espiritualidade “revivalista” dentro da Igreja do Espírito Santo, alimentada por franciscanos, pela Rainha Santa Isabel e por milhares de cristãos intelectuais e iletrados. (Os católicos açorianos, remetidos às suas ilhas, impulsionaram esta devoção ao Espírito Santo, estabelecendo uma espécie de duas igrejas paralelas, a da paróquia, dirigida por párocos e respectivo Bispo e a dos “impérios do Espírito Santo”, onde imperam a coroa e o cetro do Espírito Santo, colocados na cabeça de “reis” e “rainhas” – os mordomos - na festa litúrgica do mesmo Divino Espírito Santo). De notar as ideias fortemente influenciadoras do monge Joaquim de Fiore (da Flora), abade cisterciense (1145-1202) fundador da Ordem de Fiore, que proclamou a advento de uma época do Espírito Santo, com uma Igreja vivendo na pobreza.

Em matéria de empreendedorismo, há que destacar ainda neste período da História de Portugal a institucionalização da língua portuguesa como oficial e ensinada nos Estudos Gerais ou Universidade laica portuguesa. A língua enquanto elemento fundamental da nacionalidade, a par do culto do Paráclito enquanto vivência espiritual própria e algo «independente» de Roma. Com ambos, o cristianismo português afastava-se da ortodoxia da Igreja católica.

D.Isabel, entre outras iniciativas de vulto, fundou o Hospital dos Meninos Inocentes de Santarém, o Hospital de Leiria, o Hospício dos Pobres, junto dos paços de Santa Clara e o Hospital de Velhas Inválidas, em Coimbra. Criou várias albergarias como as de Estremoz, Alenquer e Odivelas. Fundou ainda as Gafarias de Óbidos e de Leiria e o Recolhimento para Regeneração das Desgraçadas de Coimbra. Todos foram recordados nos seus testamentos.

Perante a popularidade que atingiu após a sua morte e a atribuição que o povo lhe fazia de milagres e oferendas espirituais, o papa Leão X acabou por a beatificá-la, em 1516, e ao papa Urbano VIII por canonizá-la, em 1625.

Do seu casamento com D.Dinis nasceram dois filhos, D. Afonso, futuro rei de Portugal, e D. Constança, que casaria com o rei de Castela, para onde partira ainda criança. Durante a sua vida, D. Isabel acompanhou o marido em frequentes deslocações ou diversas acções diplomáticas para estabelecer alianças e casamentos ou dirimir conflitos entre os outros reinos peninsulares, como aquele que opôs o rei de Aragão e o rei de Castela e em que o rei de Portugal foi por todos aceite como juiz.

D.Isabel morreu em Estremoz, com cerca de 66 anos, no dia 4 de Julho de 1336, de uma doença súbita surgida no momento em que se dirigia para a fronteira em missão de pacificação entre o filho, D. Afonso IV, e o neto, Afonso XI de Castela. Contra o parecer de todos, D. Afonso quis cumprir a vontade de sua mãe de ser sepultada no mosteiro de Santa Clara.

Bibliografia

- FRANCO, José Eduardo, e MOURÃO, José Augusto, *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa, escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*, Roma Editores, Maio, 2005.
- HONRADO, Alexandre, *Isabel de Aragão a Rainha dos Templários*, Guerra & Paz, 2009 (no prelo).
- NEMÉSIO, Vitorino, *Isabel de Aragão, rainha santa*, Edições Panorama, 1960.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, e RODRIGUES, Manuel Augusto Rodrigues, *Dona Isabel de Aragão: a Rainha Santa*, Edição de Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993.